

REALIDADE AMBIENTAL E URBANA DE GRÂNDOLA - TURISMO SUSTENTÁVEL NA ORLA COSTEIRA SÓ INTEGRANDO A GLOBALIDADE, DO CONCELHO

Margarida Cancela d'Abreu. Docente universidade de Évora

1. Perspectivas Internacionais para o Ordenamento dos Espaços Litorais

Relembrando o papel desempenhado pelos oceanos durante mais de 500 anos nas trocas mundiais e na comunicação **entre povos e culturas**, ressalta a importância das zonas costeiras no abrigo e suporte das comunidades humanas, vegetais e faunísticas.

Mas a ocupação, o uso e transformação destas interfaces nem sempre foi fácil nem bem sucedido,, levando à consciência que no caso do litoral europeu ele faz parte de um sistema **mais vasto, em que as marés, ventos e correntes do globo** interagem. afectando-se reciprocamente. Desta intersecção resultou um património comum, que todos os países e gerações devem poder usufruir.

Apesar da Carta das Zonas Costeiras Europeias ter sido adoptada pelo Parlamento Europeu em Junho 1982 (há 17 anos) muitos dos seus princípios continuam por implementar.

Reconhece-se há já alguns anos que se por um lado o desenvolvimento descontrolado destrói a base de uma economia costeira sustentável. por outro lado também é verdade que o turismo é frequentemente um suporte vital para as economias locais e nacionais.

Dai que as grandes precauções no início desta década se virassem para as formas de ocupação urbano-turística tentando que elas respeitem os princípios de Conservação e mesmo Recuperação da costa natural, assegurando a qualidade ambiental destes espaços.

As principais recomendações avançadas foram as seguintes:

- Todas as nações da Europa devem conservar as faixas do litoral que escaparam à urbanização. recuperar as costas naturais e garantir que eventuais urbanizações futuras sejam comportáveis.
- A Comunidade Económica Europeia deve desempenhar um papel chave na protecção de todo o litoral Europeu. proporcionando apoio prático aos estados membros.
- A terra e o mar devem ser encarados como indissociáveis e todas as actividades devem ser planeadas e geridas conjuntamente.
- Todas as nações Europeias devem encorajar a compra de terrenos de importância ambiental pelas organizações apropriadas.
- Todos os países Europeus devem elaborar estratégias e programas de protecção para a totalidade da zona litoral.

- Devem, de imediato, ser formadas parcerias entre nações e organizações, com o objectivo de promover e gerir as costas do litoral Europeu como recursos controlados para o futuro.

Nos anos seguintes a realidade europeia é objecto de caracterizações mais aprofundadas

EUROPA tem ----- 58 888 Km de costa
dos quais ----- 14 000 Km são praias
PORTUGAL tem ----- 780 Km de costa
(cerca de 1,3 %) da z. costeira da Europa)

Estas extensões representam um património natural único, dotado de recursos ecológicos, culturais e económicos insubstituíveis. São extensões extremamente variadas, suportando um conjunto de habitats - estuários, praias, dunas, sapais, ilhas, falésias, lagoas, z. marinhas com elevado número de espécies e algumas de beleza extraordinária.

Mas é também nestas extensões que a concentração populacional e urbana atinge valores elevados e crescentes - em diversos países europeus 60% da população vive nesta faixa (prof. aprox. de 5 Km) e perspectiva-se que 75% virá a residir na zona costeira ou muito próximo dela.

Esta procura da faixa costeira não se processou da forma tradicional, seguindo um processo gradual antes se caracterizou por uma ocupação sazonal e

desadequada da escala de cidades e pequenas povoações piscatórias, muitas vezes representando ocupações históricas, com cultura e modos de vida centenários.

O Turismo se começou por ser uma actividade recreativa. de carácter mais ou menos familiar, passou rapidamente a uma indústria - que se fosse uma questão de organização racional e sustentabilidade no tempo, seria encarada como uma verdadeira actividade económica, rentável, mas prestando um bom serviço.

O principal problema verifica-se quando a maioria das agências de viagens não são proprietárias das unidades hoteleiras que utilizam -, e privilegiam os destinos mais baratos para um mercado de baixos preços e grandes volumes -, e ainda por cima mudam com grande rapidez para destinos diferentes, com preços concorrencialmente mais baixos. *São estes precisamente que causam maiores impactes.*

Esta evolução repetiu-se em diversas zonas costeiras - quanto mais intensivo e acelerado o turismo, quanto mais homogénea e desintegrada a urbanização e a arquitectura - sem o correspondente aumento de infraestruturas e serviços - mais vasta foi a destruição de paisagens tradicionais, com identidade própria, inicialmente atractivas e hoje irreversivelmente (?) perdidas. isto é mais vasta foi a destruição do capital natural não (?) renovável.

Também algumas obras de engenharia "pesada" criaram tantos problemas como os que resolveram.

A grande riqueza deste concelho (e da orla costeira Alentejana. já que o concelho é representativo desta costa) respeita não só ao número **de** ocorrências com interesse mas também à diversidade de situações e **de** contrastes presentes neste território.

Também a rede urbana concelhia é consolidada relativamente equilibrada e bem hierarquizada. A inexistência de fenómenos bruscos de crescimento (com a única e recente excepção resultante da instalação do complexo Portuário e Industrial **de** Sines). e a situação de relativa depressão económica vivida na Região. contribuíram para o facto da rede urbana actual (baseada na sede do concelho nos núcleos interiores e nos aglomerados litorais) se encontrar relativamente adaptada às necessidades locais.

Contudo,. não se pode deixar de referir que **na década de 70** se não se verificaram transformações urbano-turísticas **significativas** no Litoral Alentejano o volume de projectos turísticos apresentados nesta década de 70 atingiu valores totalmente irrealistas:

100 000 camas pedidas para o concelho de Grândola
e 60 000 camas pedidas para o concelho de Odemira

Estes projectos caracterizavam-se todos por:

- proximidade à linha de costa, com ocupação da faixa imediatamente adjacente à praia,
- frente construída contínua. com reduzidíssima permeabilidade mar
 - teria,,
- elevado número de pisos e de carga de ocupação, totalmente desadequados à fragilidade desta faixa,
- tipologias e desenho urbano sem qualquer integração nesta sub-região;
- enorme percentagem do sector imobiliário (2ºs residências) sobre o sector turístico.

Apesar da **maior** parte destes projectos não terem sido aprovados ou **terem** sido condicionados a reformulações,. foram **sendo** criadas expectativas. A actuação da Administração foi nesta fase muito empenhada e solidária - a D.G. Portos, a D.G. Ordenamento, a D.G. Turismo e as Câmaras Municipais procuraram estabelecer algumas regras disciplinadoras - foram numerosas as reuniões conjuntas e também com os promotores. **(ainda não existiam Serviços específicos de Ambiente; a D.G. Florestas contribuiu também com algumas regras)**

As Câmaras Municipais desempenharam então na década de 80 **um** papel fundamental ao promoverem os primeiros estudos de caracterização e os primeiros Planos Directores Municipais, que só vêm a ser ratificados na década seguinte

As cautelas e o empenhamento relativos ao Litoral Alentejano relacionam-se com a consciencialização

progressiva do destaque desta sub-região, com **uni** património excepcional destacando-se no litoral nacional e mesmo europeu como uma das áreas de elevada qualidade ambiental e mais bem conservada. Este aspecto tem sido frequentemente salientado, tal como tem sido focado **que este património não pertence unicamente às populações residentes mas a um universo mais vasto à totalidade do Alentejo, ao País e à Europa.**

O património mais importante consiste na existência de dois estuários (o do Sado parcialmente no concelho de Grândola) lagoas litorais, dunas preservadas, fauna e flora com muito interesse (incluindo a Reserva Botânica de Tróia). E ainda vastas = florestais e silvo-pastoris. com reduzida fragmentação dos habitats e recortadas por ~ de água de relativa importância. De registar ainda as grandes extensões litorais de regossolos, dotados de grande amenidade climática. algumas das quais dispõem de água fornecida pelos cinco sistemas de regadio existentes.

Hoje tenho dúvidas se para se tirar partido desta riqueza e equilíbrio era preciso uma gama tão alargada de Planos e Directivas e sobretudo tão alargada no tempo

- Plano Andersen
- 1965. Plano da Costa de Galé
- 1976, Plano Integrado de Ordenamento da Faixa Litoral do Concelho **de** Grândola
- 1979. Criação da Reserva Natural do Estuário do Sado
- 19821, PROT **do** Litoral Alentejano
- 1993. Plano Director Municipal
- 1996, P.O.O.C. Sado – Sines
- 1999, Directivas de Conservação da Natureza de 1991, 1993, 1997

e 1999.

Obviamente que esta gama de planos e este período temporal de três décadas reflectem a complexidade do território e das exigências das populações ao longo do tempo; mas reflectem também as dificuldades de integração das políticas sectoriais e as dificuldades de avaliação das intervenções em interfaces costeiras, com a fragilidade e dinâmica que lhes é inerente.

Resumindo as Propostas dos Planos em vigor elas referem-se a **Sistemas Urbanos e Turísticos**, de **Acessibilidades**, de **Protecção e Valorização Ambiental**, Agrícolas, Florestais e Pastorais. áreas Industriais, Áreas de Uso Extractivo e de Património Arqueológico e Arquitectónico.

Pormenorizando as propostas turísticas foi equacionada uma estratégia que produzisse efeitos de contenção no litoral e favorecesse a localização de actividades turísticas no interior, salvaguardando o ambiente e os recursos naturais. atenuando os desequilíbrios que tendem a acentuar-se entre o litoral e o interior procurando dar ainda respostas às novas tendências da procura turística assentes no respeito e promoção dos valores naturais e culturais como principais produtos de fruição.

No entanto, condicionamentos de natureza social cultural e urbana conjugaram-se para a **definição** do modelo de ocupação. A preservação de uma identidade sociocultural pretende-se como um factor determinante do sucesso e longevidade da actividade e de criação de condições de vida adequada à população residente. Procurou-se ainda garantir **ao mercado turístico da**

faixa litoral um leque alargado de tipologias de alojamento, diversificando a oferta e cobrindo assim vários segmentos de consumo turístico, fortemente marcado. no entanto.. pela valorização do investimento que mobiliza uma actividade geradora de emprego em detrimento do reforço do parque imobiliário.

Defende-se **um condicionamento muito rigoroso da edificação junto à costa, concentrada em núcleos claramente dimensionados** que se desenvolvem em forma de cunha perpendicularmente ao litoral. suficientemente distanciados entre si. de forma a respeitar uma real descontinuidade da edificação ao longo da costa.

Assim estão previstas **quatro Áreas de Desenvolvimento Turístico no litoral** em Tróia. Carvalhal,. Fontainhas e Melides. respeitando compromissos reais (anteriores ao PROTALI, ao P.D.M. e ao P.O.O.C.) no interior do concelho não existem restrições às actividades turísticas,, desde que seja - garantida a sua vertente turística em detrimento da vertente imobiliária privilegiando-se o **turismo no espaço rural, os parques de campismo e os empreendimentos turísticos** com enquadramento na legislação em vigor, para o efeito são ainda destacados diversos aglomerados para acolher os empreendimentos hoteleiros.

Os desafios hoje para os territórios **de** interface. como o concelho de Grândola (interface entre a A.M. Lisboa e o Algarve. interface entre o oceano e o interior Alentejano) são conseguir o equilíbrio na sua ocupação,, assegurando a capacidade **de** suporte deste espaço e a

sua diversidade, a segurança dos processos biofísicos e das populações.

E um grande desafio que é o da integração de todos os processos de planeamento.